DOSSIÊ

As novas formas de controle político: a guerra cultural e suas perspectivas na Reforma Trabalhista brasileira¹

João Pedro Braga de Carvalho² / Raphael Machado de Castro³

Como citar este artigo: CARVALHO, João Pedro Braga; CASTRO, Raphael Machado. As novas formas de controle político: a guerra cultural e suas perspectivas na Reforma Trabalhista brasileira. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e24039. ISSN: 2525-8036.

Resumo: O presente trabalho pretende contribuir para o entendimento das causas e efeitos da aprovação da Reforma Trabalhista brasileira. Sob a perspectiva da guerra cultural como ferramenta usada para concretizar o controle político da sociedade e do Estado, tal controle é exercido pelo Mercado transnacional e por agentes do neoliberalismo global. Os pressupostos da hipótese de que a reforma trabalhista é fruto da guerra cultural contam com a filosofia *para e do tempo* presente, além da comparação de características do texto de lei e acontecimentos políticos prévios à sua aprovação. É necessário o reencontro do debate público sobre as questões das novas modalidades de guerra; das inovadoras formas de controle político; das consequências da supressão da política; das causas do ódio ao Estado; da reificação do trabalho; das mazelas do neoliberalismo para a cidadania. O Brasil deve caminhar rumo a um Estado de Direito *suprassumido*, no qual estejam incluídos os direitos trabalhistas necessários para a efetivação dos valores soberanos da nação.

¹ Este trabalho foi inicialmente proposto e apresentado nas **XV Jornades de Filosofia Política: Derivacions nominalistes i noves formes de control polític**, organizadas pelos Prof. Dr. Norbert Bilbeny e Prof. Dr. Gonçal Mayos, ocorridas nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2018, na Universitat de Barcelona, Catalunya.

² Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais; pesquisador voluntário de Iniciação Científica no projeto *Ciências do Estado: Caminhos e Soluções Institucionais para o Brasil* e monitor bolsista da UFMG, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Borges Horta; membro do *Grup Internacional de Recerca 'Cultura, Història i Estat'* (GIRCHE) coordenado pelo Prof. Dr. Gonçal Mayos Solsona. Contato: joaopedrobcarvalho@gmail.com

³ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, com interesse no ensino e na pesquisa das áreas de Filosofia, Filosofia do Direito, Teoria do Estado e Direito Constitucional. Membro do grupo internacional de pesquisa Cultura, História e Estado na linha de pesquisa Estado, Razão e História. Foi bolsista em iniciação científica pela CNPq no projeto Macrofilosofia, Direito e Estado, sob orientação do Prof. Doutor José Luiz Borges Horta. Também foi orientando de iniciação científica pelo CNPq sob orientação da Profa. Dra. Daniela Muradas. Atualmente é Pesquisador voluntário de iniciação científica no projeto Ciências do Estado: Caminhos e Soluções Institucionais para o Brasil, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz Borges Horta.

Palavras-chave: Guerra cultural; Neoliberalismo; Controle político; Reforma trabalhista; Política.

Recebido em 07.09.2020

Aprovado em 18.02.2021

Publicado em 18.02.2021

*E aqueles que foram vistos dançando foram julgados insanos por
aqueles que não podiam escutar a música*
FRIEDRICH NIETZSCHE

1 Considerações Iniciais

Os dezenove anos seguintes ao atentado praticado no World Trade Center (2001) alteraram por completo o rumo da história da civilização ocidental. Crises econômicas, guerras, movimentos migratórios e embates culturais permearam as duas primeiras décadas do século XXI e trouxeram à tona uma brusca virada do percurso histórico da humanidade em relação aos tempos anteriores. Esse processo tem seu princípio dos resultados oriundos da Guerra Fria, na qual a *Política* passou a ser tratada como a motivação dos atos de extrema violência das grandes guerras europeias. O fazer político tornou-se detestável e foi considerado a principal causa dos extremismos ideológicos impetuosos, o que gerou em consequência a desideologização das relações humanas (HORTA; FREIRE; SIQUEIRA, 2012), ainda fruto da bipolarização dos anos 1950 e 1960.

Quiçá, houve uma confusão histórica dos culpados pelos genocídios e excessos da Segunda Guerra Mundial, as condenações do Tribunal de Nuremberg não foram apenas para o nazifascismo, ideologia extremista que deve responder pelo que fez. Por detrás daquele julgamento foi condenado injustamente o Estado Social de Direito, isto é, culparam o próprio conceito ao invés do seu uso embriagado. Hitler e Mussolini se aproveitaram do momento em que o pêndulo da história do Estado de Direito (HORTA, 2011, p. 22) se encontrava em seu ápice dionisíaco de *poder* para, através da opressão da *liberdade* apolínea, concretizar seus projetos totalitários e assassinos.

Ora, se “a história do pensamento ocidental é um embate entre a liberdade e o poder” (SALGADO, 2004, p. 08) ambos os conceitos são necessários para o fruir cultural de nossa história. Ao condenar o poder em Nuremberg, para além dos crimes nazifascistas, permitimos

o surgimento de uma liberdade a todo custo, cujo prejuízo ficou evidente pelas consequências do neoliberalismo. A liberdade exagerada se mostrou tão perigosa quanto o poder descomedido.

Para compreender o neoliberalismo devemos primeiramente tratar do que o possibilitou e, rapidamente, o potencializou: a *turboglobalização*⁴. De acordo com o filósofo catalão Gonçal Mayos, a globalização não é algo exclusivo do século XXI, ela esteve presente em outras medidas ao longo da história humana, principalmente quando as rotas marítimas e logo as ferrovias integraram os territórios do planeta em um único sistema-mundo, já no século XV. Para Mayos (2018), o conceito de *globalização* não é suficiente para explicar o fenômeno pelo qual passamos, em que as conexões aumentam exponencialmente em todos os parâmetros de interação:

Actualmente no solo toda la Tierra está globalizada y forma un sistema único ecológica y económicamente. También está turboglobalizada pues -como hemos dicho- se caracteriza por la aceleración exponencial de todos los parámetros de interacción. Hoy nuestras acciones afectan a toda velocidad gentes y territorios muy alejados, pero **además su feedback y decisiones propias nos llegan con una intensidad y consecuencias impensables** hasta hace pocos años. Ahora bien, estamos turboglobalizados lamentablemente **no respeto a las personas y a los derechos humanos, pero sí ante unos flujos informativos, tecnológicos, financieros** y especulativos que tienen hoy un alcance, penetración y aceleración que los hacen difícilmente controlables por la política tradicional y los Estados-nación tradicionales. (MAYOS, 2018, p. 317-338) [grifos do original]

À primeira vista, as alterações e os avanços tecnológicos que aceleraram as comunicações e os transportes a partir da década de 1990 eram vistas como positivas: “aumentaram imensamente os volumes de comércio e o trânsito de capitais, os mercados financeiros empurraram a propaganda de que a [turbo]globalização seria o vento da modernidade e do progresso” (GOMES, 2020, p. 85). No entanto, essas mudanças, teriam o custo da abertura imoderada dos mercados nacionais aos produtos manufaturados e à especulação financeira.

⁴ Por outro lado, o filósofo sul-coreano de influência alemã Byung-Chul Han também se aproxima de uma percepção semelhante sobre a aceleração (elevação de entropia) de nosso tempo: “A atual crise temporal não se chama aceleração; em si a aceleração não é destrutiva. Temporariamente, um crescimento acelerado de células pode fazer muito sentido na medida em que se submeta à economia de todo o organismo. Onde a aceleração se projeta para além de toda e qualquer determinação de sentido, alcançando autonomia, adquire uma forma diabólica. [...] A aceleração autêntica pressupõe um processo que se dirige a uma meta. O que hoje se percebe e compreende por aceleração é, na realidade, uma *veloz elevação da entropia*, que faz as coisas entrarem em um torvelinho de agitação e proliferação, gerando, assim, uma massa de saturação e sufocação.” (HAN, 2017, p. 197)

A *turboglobalização*, celebrada por pensamentos de cunho unitário⁵ e contrários à soberania dos Estados Democráticos de Direito revelou-se uma armadilha e provou-se infecciosa em nossa contemporaneidade, com suas pretensas intenções artificialmente ideológicas. Em resumo,

A globalização, por outro lado, em si mesma, não é essa vertente ética da justiça universal concreta; é outra palavra para significar o avanço da razão poiética no mundo econômico; (...) No plano internacional não pode haver limites para o mais forte, portanto não pode impor-se a racionalização ética se se permanece no sistema das necessidades, cujo avanço se impõe por todas as formas, inclusive a guerra. (SALGADO, 2006, p. 262)⁶

Percebe-se, ainda, a força simbólica da queda do muro de Berlim, que representou o desmanche das fronteiras ideológicas, das certezas dogmáticas e dos valores emblemáticos da própria História, cenário perfeito para o capitalismo neoliberal exercer suas vontades. O neoliberalismo moldou a história de modo a construir no imaginário mundial a crença de que a economia globalizada de mercado e a *pax* americanaseriam as soluções para a própria guerra. Para restaurar a paz do mercado, o pensamento único e a despolitização eram essenciais, criou-se assim um mundo de previsibilidades, no qual o *cosmopolitismo* adentraria as consciências para efetivar os lucros capitalistas.

Na realidade atual as guerras não são mais travadas somente nos campos de batalha, mas também, e especialmente, nos planos do simbólico, de modo que a manipulação midiática, inclusive, dos pensamentos, usurpa os ideais construídos no processo histórico e cultural de um povo. Foi a partir desses novos ditames e por representar a liderança potencial dos países da América Latina que a nação brasileira se tornou alvo constante das máquinas de guerra atuais, tendo de buscar uma defesa *macrofilosófica*⁷ para essas ameaças. Nesse

⁵ “Up to a decade or two ago, the system production-nature (man’s productive-exploitative relationship with nature and its resources) was perceived as a constant, whereas everybody was busy imagining different forms of the social organization of production and commerce (Fascism or Communism as alternatives to liberal capitalism); today, (...) nobody seriously considers possible alternatives to capitalism any longer, whereas popular imagination is persecuted by the visions of the forthcoming ‘breakdown of nature’, of the stoppage of all life on earth – it seems easier to imagine the ‘end of the world’ than a far more modest change in the mode of production, as if liberal capitalism is the ‘real’ that will somehow survive even under conditions of a global ecological catastrophe.” (ZIZEK, 2012, p. 07).

⁶ A razão poiética se caracteriza por uma razão servil, de modo que o fato, a coisa conduz a razão. Vem de *poiein* (fazer, produzir) e se distingue da *techné*, do fazer com propósito ético. O poiético é o fazer humano para conseguir um resultado, um produto, e é o centro da crítica ao neoliberalismo vigente. Para maiores aprofundamentos: SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado ético e o Estado Poiético. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 89, 9. 47-62, jan. /jun. 2004. O sistema de necessidades acima citado diz respeito ao papel dado para a *sociedade civil* no pensamento hegeliano, caracterizada como meio pelo qual os sujeitos realizam suas necessidades vitais.

⁷ Sobre o conceito de macrofilosofia, novamente, do filósofo catalão Gonçal Mayos: “De forma análoga, asociamos la «macrofilosofía» a los análisis de conceptos que, más allá de que los haya elaborado tal o cual filósofo concreto, manifiestan las mentalidades o cosmovisiones de amplias capas de la población y durante considerables períodos temporales. Así como la macroeconomía estudia las relaciones entre los valores

contexto, o presente trabalho busca analisar — sob a égide da *Macrofilosofia* — a influência dos pensamentos mundialmente dominantes no ramo da política brasileira e, inclusive, na agenda legislativa responsável pela aprovação da *Reforma Trabalhista de 2018*, atualmente em vigência no Brasil.

2 O neoliberalismo mundial e a guerra cultural

Tratar do neoliberalismo e, especialmente, da guerra cultural através de marcos teóricos interdisciplinares, muitas vezes, gera incômodo a uma parte da Academia ainda fixada no positivismo cientificista que castra o conhecimento de modo a excluir (somente nessas salas de aula expositivas, jamais de debate e confronto de ideias) aquilo que desagrada. Infelizmente, negar temas não os excluem da realidade, ao mesmo tempo que pretender que as investigações, neste caso das Ciências do Estado, devem, para ser válidas, ser neutras, metódicas ou, como preferem se autorreferenciar, rigorosas, não nos convence, pois na medida em que enxergam apenas o micro não conseguem apresentar uma visão transversal (do micro ao macro) dessas questões e, portanto, não podem compreender sua verdade.

Nesse contexto positivista, as Faculdades de Direito, mesmo formando profissionais que um dia tomarão decisões que influenciarão diretamente questões geopolíticas, ainda se recusam a estudar Estratégia, Defesa Nacional e Segurança Internacional, categorias-chave para a compreensão de aspectos, inclusive, do Direito do Trabalho interno ao Brasil. Esses estudos, principalmente aqueles permeados por um olhar culturalista, sofrem críticas não às diferentes perspectivas sobre o objeto, mas à própria existência do objeto. Os estudos estratégicos de cenários prospectivos são essenciais para todo o Estado que se quer de Direito, pois sem o planejamento não há resultado esperado, bem como a profilaxia é mais eficaz do que o tratamento, ignorar temáticas possibilita que agentes externos as tenham sobre controle. Portanto, não se faz aqui futurologia, muito menos teoria da conspiração, mas análises sérias, interdisciplinares e transversais sobre situações emergentes, e de resolução urgente.

económicos agregados y los explica a partir del comportamiento de los grupos de agentes económicos, la macrofilosofía estudia los conceptos filosóficos agregados (mentalidades sociales, grandes líneas culturales, ideas «fuerza», cosmovisiones, etc.) y las explica a partir de las circunstancias compartidas por los grupos de agentes culturales. Es decir, la macrofilosofía se ocupa sobre todo de aquellos conceptos y cuestiones tal y como han preocupado al conjunto de las sociedades y las épocas, yendo más allá de las aportaciones más personales que algunos filósofos hayan llevado a cabo, por valiosas que sean en sí mismas. Aun cuando la macrofilosofía también las tiene en cuenta, de esas cuestiones más idiosincrásicas, vinculadas al genio individual o centradas en detalles y concreciones muy particulares se ocupan específicamente los análisis «microfilosóficos» -por otra parte igual de valiosos.” (MAYOS, 2012, p. 10)

Ao fugir da regra, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais fundou em 2008 o bacharelado em Ciências do Estado, uma graduação inovadora que concentrou em seu currículo as características essenciais para estudar os objetos, tanto os ignorados quanto os usuais, de forma interdisciplinar e transversal, potencializando, inclusive, as investigações geopolíticas daquela vetusta Faculdade. Fez-se lá uma verdadeira Escola de conhecimento que lida diariamente com temáticas singulares e deixadas de lado por outras instituições.⁸ Por isso, retornemos ao debate teórico ora anunciado com a avidez necessária.

Ideologizado e encabeçado inicialmente por Milton Friedman⁹ na metade do século passado, o neoliberalismo configurou uma tentativa de retorno à busca por lucros incessantes que independessem das fronteiras estatais da geopolítica mundial, aliando-se com o objetivo de alcançar um Estado “eficiente”, guiado por técnicas gerenciais nas quais o estadista perderia seu papel para um gestor e o político cederia seu lugar a um gerente. Assim, a Política se transformaria tão somente na alternância relativa de técnicas de gestão, enquanto o capital multinacional se responsabilizaria por selecionar os ambientes estatais supostamente mais favoráveis para suas atividades, constantemente em expansão para o exercício de funções inicialmente pensadas como estatais.

O grave risco do Estado poiético é a sua natureza para tender para a autocracia através da burocracia. É que, depois de ter criado as premissas da catástrofe econômica, com ela ameaça para obter mais poder. Sua lógica é a de cada vez mais aumentar o seu poder, do que se pode facilmente inferir que o seu rumo é a eliminação dos ‘entraves’, pois, se se perde a docilidade do parlamento, a consequência é caminhar para instaurar o Estado autocrático. Para dar suporte ideológico ao processo de alienação do poder, procura-se também justificar a alienação do direito à informação. Para isso, uma falácia prática: o povo, dono do poder, não pode saber dos assuntos do Estado; precisa ser tutelado. (SALGADO, 2004, p. 47-62)

No entanto, percebe-se que a ideologia hegemônica aqui retratada levaria ao fracasso na condução das sociedades e dos Estados espalhados pelo globo. Crises de seguridade social, guerras avassaladoras e a pobreza extrema nos países explorados pelas potências mundiais se tornaram frequentes na atualidade, na qual há espaço somente para o lucro dos grandes detentores de capital.

⁸ O texto que representa da melhor forma a “Escola de Geopolítica” (e inclusive de Geodireito) da Faculdade de Direito da UFMG é certamente: HORTA, José Luiz B. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 23, p. 783-806, 2012. Na mesma medida, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso, há naquela instituição o Grupo de Pesquisa e de Estudos Estratégicos Raul Soares que semanalmente trata de temas atuais e essenciais para o Estado brasileiro.

⁹ Economista, estatístico e escritor estadunidense nascido em 1912. Foi um dos principais professores da Universidade de Chicago e é considerado um dos grandes teóricos do movimento neoliberal, responsável por pregar a necessidade de um capitalismo sem limites e um Estado dito “mínimo”, ideologia talvez dominante no cenário político mundial, ao menos nos últimos 25 anos.

Todas as ideologias são corruptíveis, sem dúvida (o aparelhamento do Estado na Rússia, com a distribuição de privilégios durante o regime comunista, mostrou isso com bastante clareza), e deve haver neoliberais honestos. Mas a economia da Escola de Chicago parece, particularmente, conduzir à corrupção. Se você aceita que o lucro e a ganância praticados em grande escala criam os maiores benefícios possíveis para qualquer sociedade, todos os atos de enriquecimento pessoal podem ser justificados como contribuição ao imenso caldeirão criativo do capitalismo, gerando riqueza e estimulando o crescimento econômico — mesmo que seja apenas para você e seus colegas. (KLEIN, 2007, p. 277)

A partir da existência de civilizações distintas, ou seja, diferentes centros de poder cultural, informacional, intelectual ou artístico, percebe-se que certos elementos estrangeiros, não condizentes com a realidade local, são impostos aos cidadãos membros do Estado e de uma cultura própria, tanto por meio do simbólico quanto do concreto. A cultura passou de uma articuladora da identidade humana para um objeto que opera nos padrões de integração, coesão ou de desintegração de uma sociedade.

É no contexto de relações conflituosas de poder político em que a cultura se permeia e constitui-se enquanto ferramenta axial de disputa. Dessa forma, a presença de forças externas tem capacidade de influenciar nas decisões políticas e, assim, prejudicar o próprio fruir da soberania dos Estados subjugados, o que ocorre através da manipulação artística, informacional e cultural. (CARDOSO, 2016, p. 102)

Carl Schmitt, em seu livro *O Conceito do Político*, trata a guerra como meio político extremo que pode distinguir amigos e inimigos, logo, revelar as relações políticas entre pessoas. Nesse contexto, pode-se dizer que as imposições externas, que tentam alterar as decisões políticas e a soberania estatal por meio do controle do simbólico, constituem uma violência, isto é, concebem um ato de guerra, não com as mesmas características das duas grandes guerras mundiais, mas sim de uma *guerra cultural*. No entanto, a efetividade e a potência de devastação desse tipo de conflito não são inferiores aos excessos totalitários do século XX; a aniquilação acontece na consciência e, por isso, torna-se mais fácil e intenso o controle sobre os sujeitos — a exacerbada tecnologia presente no século XXI pode ser a grande ferramenta que ameaça a atualidade.

No contexto da Revolução Francesa, por sua vez, Georg Wilhelm Friedrich Hegel inaugura seu pensamento a partir da queda da Bastilha francesa, que mostrou ao jovem filósofo alemão o poder do homem de intervir na realidade, para Hegel, o sujeito humano parecia quase onipotente. Em contrapartida à pátria do filósofo, a Inglaterra passava por sua Revolução Industrial, momento de grandes transformações nos âmbitos cernes da vida humana, a partir do entendimento dessas reformas, o conceito de *trabalho* torna-se a mola que

impulsiona o desenvolvimento humano. Para o pensador, é no trabalho que o homem produz a si mesmo e a partir dele que podem ser compreendidas as complexas formas das atividades constituidoras do sujeito. O trabalho possibilitou o ser humano ir além da pura natureza, contrapondo-se, assim, como sujeito, ao mundo dos objetos naturais. (KONDER, 1981, p. 23-24)

Percebe-se, portanto, que o trabalho é um dos meios mais efetivos para se perpetuar a guerra cultural, pois ao controlar o trabalho controla-se aquilo que constitui o sujeito. Desse modo, o capitalismo triunfou e possibilitou o surgimento do neoliberalismo, que investiu contra todas as formas de regulação, controle e fiscalização, unido com a falácia nipo-americana do fim da História e o desenvolvimento da pretensão de extinguir o próprio Estado (HORTA, 2017, p. 83-96), tais teorias permeadas pelo pensamento único. O objetivo tornou-se não mais a liberdade, a garantia de direitos e a emancipação humana, mas sim o lucro a todo custo; para isso, usurpou-se os ideais do Estado Democrático de Direito, distorceu-se a eticidade e enfraqueceu-se o próprio Direito.

O Estado poiético, burotecnocrata, é abertamente a-ético e a-jurídico. Busca justificar-se pela própria técnica ou aparência técnica que o define. O regime de 64 buscou uma justificação ética, a garantia do Estado Democrático de Direito e, exceto no âmbito político, respeitou o elemento de base desse Estado: a segurança jurídica na qual está o direito adquirido, embora posteriormente tenha nele se instalado o aparelho tecnocrata. A dinâmica do sistema atual, porém, ameaça até mesmo a segurança jurídica ou o direito adquirido, elemento básico do Estado de Direito que sempre foi apresentado como o elemento de suporte do Estado liberal. (SALGADO, 2004, p. 67)

Essa rede de interesses e de disputas que permeia o mundo globalizado torna-se mais complexa de maneira proporcional ao avanço científico e tecnológico. A partir da leitura do sul-coreano Byung-Chul Han, o ser humano incorpora a máquina ao seu próprio corpo e desenvolve uma ilusória sensação de liberdade na atualidade. Nesse sentido, as enfermidades causadas pela contaminação bacteriológica foram superadas pelos antibióticos, entretanto, atualmente, a doença predominante tornou-se a neural, a qual é causada pelo esgotamento no que tange à hipercomunicação e à hiperligação, todos esses presentes, especialmente, no trabalho. O dinheiro começa a dar significado à própria vida humana, torna-se subjetivante; assim, o capitalismo se favorece nesse cenário distópico. O trabalho é mantido por uma “lei universal” da necessidade do próprio sucesso financeiro.

A *Sociedade do Cansaço* (HAN, 2017) é a consequência nefasta da guerra cultural neoliberal; nesse contexto, a *Sociedade da Disciplina* de Michel Foucault é superada pelo desempenho, o indivíduo não é mais aprisionado e vigiado, mas sim permanece em constante comunicação e exposição, no entanto, há a sensação de liberdade tecnológica que camufla um

grande sentimento de submissão ao sistema controlador. Além disso, as doenças neurais são fomentadas pela ilusão do ilimitado e do tudo poder, o que torna os limites por suposto presentes em todos os homens um fracasso pessoal.

A sociedade do trabalho e a sociedade do desempenho não são uma sociedade livre. Elas geram novas coerções. A dialética de senhor e escravo está, não em última instância, para aquela sociedade na qual cada um é livre e que seria capaz também de ter tempo livre para o lazer. Leva ao contrário a uma sociedade do trabalho, na qual o próprio senhor se transformou num escravo do trabalho. Nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmos. (HAN, 2017, p. 47)

Dentro dos ditames da guerra cultural entre as nações e os grupos políticos mais influentes do globo, a figura do *law shopping*¹⁰, também referida dentro da área do *Geodireito*, toma papel preponderante no curso da política mundial. Os pontos de pressão econômica e ideológica do neoliberalismo atual acabam por forçar diversos Estados a competir entre si no que diz respeito aos seus ordenamentos jurídicos, de modo que se tornam constantes as alterações legislativas para supostamente propiciar melhores ambientes de funcionamento para grandes corporações multinacionais, resguardadas pela suposta responsabilidade de trazer “progresso” para as nações menos desenvolvidas. É nesse recorte que, na maioria das vezes, direitos adquiridos são vilipendiados e garantias fundamentais relativizadas em função de uma guerra econômica de pouquíssimos vencedores.

A resignificação do termo ‘Geodireito’, a nosso juízo é, com precisão, uma das mais sofisticadas formas de guerra cultural, instrumentalizando através da incorporação aos sistemas jurídicos nacionais as teses introduzidas pelos centros mundiais de poder. Assim, seus interesses geopolíticos e geoestratégicos são exportados através de uma agenda supostamente internacionalista que, por meio de acordos e tratados internacionais, obriga os ordenamentos jurídicos dos Estados periféricos. Em certas situações, agem desnaturando ou gerando contradições em relação às próprias constituições de Estados já apenas nominalmente soberanos. (CARDOSO, 2016, p. 182)

A partir dessas reflexões, não é de se surpreender que, desde 2004, é publicado pelo Banco Mundial um informativo nomeado *Doing Business*, responsável por comparar e sugerir os ordenamentos jurídicos mais eficazes para a ótica do mercado, levando em conta, por

¹⁰ Termo utilizado por Alain Supiot, jurista francês. “A modernidade líquida dos sonhos neoliberais esvazia, gradativamente, a pessoa humana (dotada de dignidade) e o capitalismo parasitário desfaz a ideia de responsabilidade. (...) Na modernidade líquida, ocorre uma verdadeira espécie de ‘darwinismo normativo’, no qual sobrevivem apenas aqueles ordenamentos mais complacentes com a lógica do capital e com a ideia de lucros agigantados. (...) Como afirma Alain Supiot, consolida-se, assim, um verdadeiro *law shopping*, que trata os direitos nacionais como produtos que competem no ‘mercado internacional de normas’.” (BATISTA JÚNIOR, 2015, p. 169-170)

exemplo, a rigidez do Direito do Trabalho nesses cenários¹¹. O relatório da OIT nomeado “*Labour market reforms since the crisis: drivers and consequences*” (ADASCALITEI; PIGNATTI MORANO, 2015) elenca no período de 2008 a 2014 as principais alterações nas legislações trabalhistas do globo após a última grande crise econômica mundial (2008). Nesse período é atestado o total de 643 alterações em 111 países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o que corrobora por completo a leitura do embate travado no campo do direito pela economia neoliberal vigente.

Por mais que não se enquadre no recorte temporal do estudo citado, é explícito que a *Reforma Trabalhista* brasileira se encontra no escopo de alterações legislativas no cenário pós crise de 2008 e caracteriza-se como uma tentativa de enquadrar o Estado brasileiro na competição desenfreada por legislações mais receptivas ao neoliberalismo.

3 A crise política brasileira e a *Reforma Trabalhista*

Três décadas após a democrática reconstitucionalização de 1988, o Brasil vive uma de suas maiores crises políticas e constitucionais de sua história. Não é de se surpreender que, após o extenso período de alternância entre o duopólio tucano/petista e seus anexos subjacentes (antigo PMDB e outros), o Brasil esteja onde está.

Jamais uma Constituição brasileira foi tão barbaramente retalhada; os ataques à Constituição, perpetrados nos governos Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, têm desfigurado aspectos significativos da manifestação nacional de 1988. Já não existem mais os pactos fundantes, firmados diante da nação, entusiasmada, pelos constituintes. (...). Alguns direitos tornaram-se efetivos (...), outros, páginas vazias ou arriscadas (direito ao trabalho, à educação, à saúde, à previdência). (HORTA; SALGADO, 2017, p. 137-138)¹²

Percebe-se, porém, que a *Reforma Trabalhista* marca o ápice do desmonte constitucional às garantias fundamentais e evidencia a influência da pressão neoliberal na legislação brasileira. Resta aqui salientar, porém, que esse esforço de remodelagem da legislação trabalhista com moldes neoliberais já ocorria no Brasil e ao redor do globo.

¹¹ Relatórios subnacionais de *Doing Business* capturam diferenças nas regulamentações de negócios e sua imposição entre locais em um único país. Eles fornecem dados sobre a facilidade de fazer negócios, classificam cada local e recomendam reformas para melhorar o desempenho em cada uma das áreas analisadas. Disponível em: <http://portugues.doingbusiness.org/pt/doingbusiness>

¹² Ainda que fosse completamente plausível, a crítica aqui refere-se somente ao desmonte constitucional aplicado nos últimos anos de governos no Brasil, deixando aos olhos do leitor as críticas a outras políticas dos respectivos governos, inclusive do atual presidente, um dos maiores responsáveis pela crise sistêmica brasileira, Jair Messias Bolsonaro. Ademais, não se pode deixar de acrescentar à citação os ilustres desmontes constitucionais encabeçados por Dilma Vana Rousseff e seu companheiro de chapa Michel Miguel Elias Temer Lulia. Esse último, ainda que simbiote ao petismo de Dilma, responsável direto por chefiar a *Reforma Trabalhista*.

Entrou-se, por esta via, numa nova fase da evolução do Direito do trabalho – *Direito do trabalho de exceção* – na qual os direitos laborais foram indexados ao ciclo económico de austeridade, que transfere para os cidadãos o custo da recuperação do sistema financeiro (...), envereda-se por uma política de erosão dos direitos sociais e laborais (...), as reformas laborais passam, por esta via, não apenas a apostar na flexibilização do Direito do trabalho (...), mas a apostar também na redução dos custos salariais, na diminuição das indemnizações por despedimento, na facilitação dos despedimentos por razões objetivas, na maior flexibilização da gestão do tempo de trabalho e na imposição de pesadas restrições à negociação coletiva (...). (DRAY, 2018, p. 101-102)

Na tentativa de criar um olhar macrofilosófico sobre a referida reforma, cabe aqui ressaltar que o presente trabalho não almeja destrinchar por completo todas as alterações ocorridas no ordenamento jurídico brasileiro, mas sim traçar um perfil ideológico de tais substituições legais. Porém, em resumo e sob uma perspectiva jurídica, é possível observar os seguintes resultados advindos das mudanças:

1. Formas de contratação mais precárias e atípicas: terceirização, contrato intermitente, parcial, autônomo, temporário, negociação da dispensa.
2. Flexibilização da jornada de trabalho: jornada *in itinere*, ampliação da compensação do banco de horas, redução do tempo computado como horas extras, extensão da jornada 12 por 36 para todos os setores de atividade, flexibilidade diária da jornada, redução do intervalo de almoço, parcelamento de férias, negociação individual do intervalo para amamentação.
3. Rebaixamento da remuneração: pagamento por produtividade, gorjetas, pagamento em espécie, PLR (participação nos lucros ou resultados), abonos e gratificações, livre negociação dos salários.
4. Alteração das normas de saúde e segurança do trabalho: insalubridade (gestante e lactante), restrições à fiscalização, teletrabalho.
5. Fragilização sindical e mudanças na negociação coletiva: fragmentação da classe, descentralização das negociações, regras para a representação no local de trabalho, formas de custeio da organização sindical.
6. Limitação do acesso à Justiça do Trabalho e limitação do poder da Justiça do Trabalho: ampliação do papel dos mecanismos privados de conciliação, eficácia liberatória dos acordos, quebra do princípio da gratuidade. (TEIXEIRA, 2017, p. 61-62)

Em matéria de resultados econômicos e práticos, após a sanção presidencial das alterações trabalhistas em julho de 2017, não se observou no país os diversos objetivos supostamente almejados pela reforma¹³. Se analisarmos, por exemplo, a jornada de trabalho em sentidos gerais, teremos que a reforma de 2017 atuou na flexibilização dessa jornada e na redução direta de custos, reduzindo a chamada *porosidade*¹⁴ do trabalho.

¹³ “Essa aprovação da proposta é uma vitória do Brasil na luta contra o desemprego e um país mais competitivo. É com muita satisfação que digo que tive a coragem de propor essa mudança para o país, portanto para todos os brasileiros. Nela eu me empenhei desde o início do meu mandato. Seu sentido pode ser resumido de uma forma singelíssima: **nenhum direito a menos, muitos empregos a mais**”, disse.

Para o presidente, a nova legislação criará relações trabalhistas adequadas à realidade atual e preparará o mercado de trabalho às demandas do presente e exigências do futuro.” (BRANDÃO, 2017) [grifos nossos]

¹⁴ Relação entre o tempo trabalhado e as paradas, pausas e interrupções da jornada de trabalho.

O primeiro sentido decorre da necessidade de o trabalhador estar permanentemente disponível para o empregador. Acompanhando as oscilações da produção, o trabalhador tem sua jornada reduzida ou estendida, sem ter controle sobre seu tempo de trabalho, o que resulta em redução indireta de custos para o empregador. O aumento da disponibilidade do trabalhador para com o empregador se dá via ampliação da compensação de horas extras (banco de horas), generalização da possibilidade de jornada de 12 por 36 horas, alargamento do conceito de regime de tempo parcial e introdução do contrato com jornada intermitente de trabalho, essas duas últimas medidas já analisadas anteriormente. O segundo sentido da reforma é de teor mais prático: redução direta de custos do empregador, mediante a retirada de tempo computado como jornada de trabalho. (TEIXEIRA, 2017, p. 74-75)

As simplificações realizadas no âmbito da *jornada de trabalho* apresentam relação direta com os ideais de aumento de produtividade do neoliberalismo, que se aliam à já elencada *Sociedade do Cansaço*. Em outras palavras, relativizou-se todo o conjunto de proteções relacionadas ao lapso temporal diário do trabalhador para que esse possa estar mais suscetível aos interesses de seu empregador e, conseqüentemente, de seus empenhos na obtenção insaciável de lucro.

Um dos principais exemplos relativos à essa temática diz respeito ao conceito de *tempo à disposição*¹⁵ dentro das normas trabalhistas. Anteriormente, o artigo 4 da CLT elencava no *tempo de serviço efetivo*, ainda que não diretamente, algumas possibilidades consideradas como *tempo à disposição* do empregado para o trabalhador. Com a reforma, aspectos como o descanso e a alimentação foram excluídas do rol do *tempo à disposição* de modo que um trabalhador, ainda que disponível para prestar serviços ao seu empregador durante as atividades elencadas no parágrafo segundo do artigo, não terá essas horas computadas na *jornada de trabalho*¹⁶.

¹⁵ “(...) componente da jornada o tempo à disposição do empregador no centro de trabalho, independentemente de ocorrer ou não efetiva prestação de serviços. Amplia-se, portanto, a composição da jornada, em contraponto com o critério anterior — agrega-se ao tempo efetivamente trabalhado também aquele tido como à disposição do empregador.” (DELGADO, 2016, p. 960)

¹⁶ “Art. 4º:

§ 1º Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

§ 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras:

I - práticas religiosas;

II - descanso;

III - lazer;

IV - estudo;

V - alimentação;

VI - atividades de relacionamento social;

VII - higiene pessoal;

VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.”

(BRASIL, 2017)

Ainda nesse aspecto, podemos também citar o exemplo relativo à categoria do *teletrabalho*¹⁷, que foi excluído do controle de *jornada*¹⁸. Nesse caso, mesmo que haja marcação das horas trabalhadas diariamente à distância, essas não estão sob a guarda protetiva anteriormente trabalhada.

O ritmo neoliberal de obtenção de capital, nesses moldes, traz à tona um aumento de produtividade na expansão do ritmo laboral (independentemente da necessidade de um *local de trabalho*) com garantias e proteções ainda mais relativizadas para o trabalhador. Não bastasse assim o aumento da possibilidade de lucro do empregador, há também a criação de um desequilíbrio entre os polos da relação trabalhista.

Além disso, viu-se nos anos seguintes à reforma uma manutenção dos altíssimos níveis de desemprego nacional e um aumento no número de trabalhadores considerados informais, sem vínculos empregatícios e estabilidade laboral. A taxa de desemprego, por exemplo, foi de 14,1% no trimestre encerrado em novembro de 2020, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo IBGE. A taxa foi a mais alta para esse trimestre móvel desde o início da série histórica da pesquisa, em 2012. Em relação ao trimestre encerrado em agosto (14,4%), houve estabilidade. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (11,2%), o aumento é de 2,9 pontos percentuais. O número de desempregados foi estimado em 14 milhões. A informalidade, por sua vez, atingiu em 2020 a marca de 41,6% dos brasileiros. (IBGE Notícias, 2020)

4 Considerações Finais

Diante do cenário apresentado tanto em âmbito nacional quanto internacional, torna-se evidente a relação direta da Reforma Trabalhista brasileira com a exacerbação e a imposição do modelo neoliberal vigente, ainda imerso nas perspectivas da guerra cultural. Esse modelo estrangeiro e predatório, mesmo que incompatível aos fundamentos e princípios do sistema jurídico brasileiro, consegue encontrar morada na agenda política do Brasil e, consequentemente, na CLT.

(...) pelas próprias lentes do Direito, a relação entre valor social do trabalho e livre-iniciativa não se estabelece em um regime de equivalência. A função social da propriedade, nos contornos que lhe traçam a Constituição brasileira, infunde significado outro: **a preferência do humano**, da sociedade, do interesse público ao livre empreendimento e ao direito de propriedade. Contudo, apesar da

¹⁷ O teletrabalho é a modalidade trabalhista sob a qual se pratica o exercício laboral à distância.

¹⁸ “Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo: (...) III - os empregados em regime de teletrabalho.” (BRASIL, 2017)

fundamentalidade do princípio de que ‘trabalho não é mercadoria’, a reforma trabalhista deslocou o eixo de proteção social, baseado na referida máxima, para um sistema individualista, embasado tão somente na lógica de mercado. (ANTUNES, 2018, p. 57)

Nesse contexto, a aprovação da Reforma Trabalhista no Brasil representa uma vitória do Mercado sobre o Estado de Direito em uma das batalhas da guerra cultural vigente no país. Seria a plena manifestação de que a sociedade laboral individualizou-se numa sociedade de desempenho e numa sociedade ativa, na qual a vida humana torna-se radicalmente transitória, nada promete duração e subsistência. Mais: tanto a vida quanto o trabalho apresentam-se desnudos, a própria contemplação, vista como última forma de resistência, é suprimida da vida humana. (HAN, 2017, p. 43-49)

Por sua vez, a Reforma Trabalhista de 2017 significou em aspecto micro apenas mudanças normativas internas que já dificultam e ainda dificultarão as vidas individuais daqueles mais vitimados pela abrupta desigualdade social do país, além de afetar diretamente aquilo que constitui o sujeito, tornando o excesso, normalidade; o limite, defeito; a casa, trabalho; o cidadão, mercadoria. Enquanto medida macro, após a pressão de organismos internacionais sobre a política do Estado brasileiro, através de estratégias veladas, no controle do simbólico e do plano da cultura, agentes externos confundem a vontade nacional com os interesses estrangeiros, fazendo com que voluntariamente o Estado vulnerável se deixe controlar politicamente.

Por fim, não se pode deixar de lado os ensinamentos propostos por Hegel em sua filosofia. É a partir das negações de garantias fundamentais (e trabalhistas) vividas no Brasil que se poderá caminhar rumo a um Estado de Direito *suprassumido*¹⁹, no qual estejam incluídos os direitos trabalhistas necessários para a efetivação dos valores soberanos da nação brasileira.

(...) la materialidad de la historia - su *humus*, por así decir - está constituida por las tendencias, impulsos y pasiones de los hombres (...). De esa materia surgirá, dialécticamente, la flor de la *libertad*. Tal es la famosa *astucia de la razón*, que ya conocemos, y que aquí se muestra en su nivel más alto. (DUQUE, 1998, p. 849-850)

¹⁹ Termo introduzido a partir da tradição brasileira, na seara dos introdutores e tradutores do pensamento hegeliano Henrique Cláudio de Lima Vaz e Paulo Meneses, que propõem, para os termos em alemão *Aufheben* e *Aufhebung*, respectivamente, *suprassumir* e *suprassunção*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADASCALITEI, Dragos; PIGNATTI MORANO, Clemente. Labour market reforms since the crisis: drivers and consequences. **International Labour Office Research Department**. - Geneva: ILO, 2015 (Research Department working paper. No. 5).

ANTUNES, Daniela Muradas; RODRIGUES, Adriana L. S. Lamounier Rodrigues; PINTO, Carolina Pereira. A mercantilização do trabalhador na reforma trabalhista. *In: Revista do Advogado: Reforma Trabalhista* (nº 137). São Paulo: AASP, 2018.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **O outro leviatã e a corrida ao fundo do poço**. São Paulo: Almedina, 2015.

BRANDÃO, Marcelo. **Temer diz que reforma trabalhista trará empregos e deixará país mais rico**. Agência Brasil, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-07/temer-diz-que-reforma-trabalhista-trara-empregos-e-deixara-pais-mais>>.

BRASIL. **Lei 13467/2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Atos/2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art6>

CARDOSO, Paulo Roberto. **Diatética Cultural: Estado, soberania e defesa cultural**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. (Tese, Doutorado em Direito).

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2016.

DRAY, Guilherme. O Direito do trabalho na jurisprudência constitucional da crise – o caso português. *In: Democracia e Neoliberalismo: o legado da Constituição de 1988 em tempos de crise*. Coord. de ARAUJO, Adriane Reis de; D'AMBROSO, José Ferlin. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

DUQUE, Félix. **Historia de la Filosofía Moderna**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

GOMES, Ciro. **Projeto nacional: o dever da esperança**. São Paulo: LeYa, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HORTA, José Luiz B.. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, v. 23, p. 783-806, 2012.

HORTA, José Luiz B.; FREIRE, Thales M. ; SIQUEIRA, Vinicius de. **A Era Pós-Ideologias e suas ameaças à Política e ao**

Estado de Direito. Confluências (Niterói), v. 14, p. 120-133, 2012.

HORTA, José Luiz Borges & SALGADO, Karine. **História, Estado e idealismo alemão.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2017.

HORTA, José Luiz Borges. A subversão do fim da história e a falácia do fim do Estado; Notas para uma filosofia do tempo presente. In: HORTA, José Luiz Borges & SALGADO, Karine. **História, Estado e idealismo alemão.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2017, p. 83-96.

HORTA, José Luiz Borges. **História do Estado de Direito.** São Paulo: Alameda, 2011.

IBGE Notícias. **Desemprego fica em 14,1% no trimestre encerrado em novembro.** 2020. Disponível em : <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29935-desemprego-fica-em-14-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro>>.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAYOS, Gonçal. Conflictos de legitimación en la turboglobalización. In: BILBENY. Nobert (Coord.).

Legitimidad y acción política. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018, p. 317-338.

MAYOS, Gonçal. **Macrofilosofía de la modernidad.** Barcelona: Ediciones dLibro, 2012.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A ideia de justiça em Hegel.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A Idéia de Justiça no Mundo Contemporâneo;** fundamentação e aplicação do Direito como maximum ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado ético e o Estado Poiético. **Revista Brasileira de Estudos Políticos.** Belo Horizonte, n. 89, 9. 47-62, jan. /jun. 2004.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; [et.al.]. **Contribuição crítica á reforma trabalhista.** Campinas: UNICAMP, 2017.

ZIZEK, Slavoj. **Mapping ideology.** New York: Verso, 2012.

LAS NUEVAS FORMAS DE CONTROL POLÍTICO: LA GUERRA CULTURAL Y SUS PERSPECTIVAS EN LA REFORMA LABORAL BRASILEÑA

João Pedro Braga de Carvalho / Raphael Machado de Castro

Cómo citar: CARVALHO, João Pedro Braga; CASTRO, Raphael Machado. As novas formas de controle político: a guerra cultural e suas perspectivas na Reforma Trabalhista brasileira. **Revista de Ciências do Estado.** Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e24039. ISSN: 2525-8036.

Resumen: El presente trabajo procura contribuir para la comprensión de las causas y los efectos de la aprobación de la *Reforma Laboral* brasileña. Bajo la perspectiva de la guerra

cultural como herramienta usada para concretizar el control político de la sociedad y del Estado, ese control ejercido por el Mercado transnacional y por agentes del neoliberalismo global. Los presupuestos de la hipótesis de que la Reforma Laboral es fruto de la guerra cultural cuentan con la filosofía *para y del* tiempo presente, además de la comparación de características del texto de ley y acontecimientos políticos previos a su aprobación. ES necesario lo reencuentro del debate público sobre las nuevas modalidades de guerra; las innovadoras formas de control político; los resultados de la supresión de la política; las razones del odio al Estado; la reificación del trabajo; las desgracias del neoliberalismo para la ciudadanía. La sociedade brasileña debe caminar rumbo a un Estado de Derecho elevado, en el cual estén incluidos los derechos laborales necesarios para la concreción de los valores soberanos de la nación.

Palabras clave: Guerra cultural; Neoliberalismo; Control político; Reforma laboral; Política.